

# DA LÍNGUA AO DISCURSO: OPERAÇÕES DISCURSIVAS NA ESCRITA E NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

---

Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ)

Ler é a metonímia da vontade de entender o mundo. A atitude de escrever é a metonímia da pretensão legítima e transcendente de transformar o mundo. (Gustavo Bernardo. *Redação inquieta*)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar como se dá a apreensão do sentido de um texto, tomando por base operações feitas pelos parceiros em um ato de comunicação. Sob esse prisma, a significação deriva de um *contrato* social que existe entre o emissor e o receptor, em uma determinada situação. Para tanto, analisam-se as operações que convertem a língua em discurso, ou seja, todo o processo discursivo, usado na produção e na compreensão de qualquer texto, independentemente do gênero a que pertence.

**Palavras-chave:** produção, interpretação de texto, contrato e discurso.

**Abstract:** This paper intends to analyse how to get the sense of a text, basing on the operations made by the partners in an act of communication. In this sense, the significance of a text comes from a *social contract* that exists between the speaker and the listener, in a specific situation. For this, the fundamental operations that converge the sense of Language into the sense of discourse were described, or, in other words, the whole process of discourse, that serves to the production and the comprehension of any text, independently of its genre.

**Key-words:** production, interpretation of a text, contract and discourse.

## 1 – TEXTO E INTERAÇÃO

Este trabalho intenta analisar o que se entende por texto como *um ato de discurso* e descrever os processos que ocorrem na produção textual e na apreensão de seu significado. Nessa concepção de texto como resultante de um processo discursivo importa ressaltar seu papel como um eficiente instrumento para apreensão da realidade.

Para que duas pessoas se relacionem, é preciso que entre elas se estabeleça um “ato de comunicação”, o qual se processa por meio de um *contrato comunicativo*, ou seja, pela realização de um código que regula as práticas lingüísticas comuns, durante o processo de interlocução – uma conversa entre amigos descontraída é bem diferente de uma entrevista de emprego, ou de um interrogatório perante uma autoridade, por exemplo.

Dentro desse quadro que permite observar a problemática da produção de sentido, define-se o texto como uma forma de comunicação interativa, subordinado a certas condições particulares da situação: a identidade dos participantes, a finalidade do ato, a cumplicidade e o reconhecimento dos papéis recíprocos do Eu emissor e do Tu interagente. Sob esse prisma, portanto, a identidade dos atores, a intenção comunicativa e os papéis sociais influem também na significação de um texto como um todo. Por isso a fala produzida por um sacerdote ou um juiz, no exercício de suas funções é vista como um “ato” ou parte de um ritual de linguagem com um significado próprio e uma formalização determinada, da mesma forma, uma piada tem seu repertório especial, seu lugar e hora.

Considerar assim todo texto como a realização de um ato de discurso interativo pressupõe reconhecer como ser possível definir e identificar intenções comunicativas dos protagonistas as quais se projetam na enunciação como parte da mensagem lingüística. Estabelece-se, assim, que entre os parceiros há uma ló-

gica das ações, capaz de produzir as regras, que são acatadas convencionalmente, pois estão cristalizadas na sociedade. Essas regras fazem parte de um saber partilhado, de um inventário de crenças, que constituem os “lugares comuns” de um grupo social. Neste sentido considera-se que toda linguagem está vinculada a sua realidade psicossocial e que são as circunstâncias situacionais do discurso as principais responsáveis pela construção do sentido global de um texto. Sob esse prisma, todo texto é uma realização lingüística dentro de um contexto social e histórico.

Dessa forma, qualquer análise que pretenda interpretar o fenômeno interativo da linguagem por meio de textos, não pode restringir-se apenas ao exame da sua configuração lingüística, ou apenas à classificação dos elementos formais, pois interessa sobretudo analisar a dimensão socio-psico-lingüística dos participantes e toda a organização sociocultural em que se dá o discurso. Acrescente-se que, além de um meio de informação, o texto é também um modo/ instrumento de atuação e pressão do emissor sobre o receptor.

Partindo-se, portanto, da hipótese de que o principal objetivo da linguagem é o de se constituir um meio de *atuação interativa* entre os homens, o texto visto como discurso transforma-se em um mecanismo de comunicação dinâmico, mas de pressão com forte cunho argumentativo, um meio de transmissão de informações e intenções a serviço de uma força persuasiva do Eu sobre o Tu, respeitadas as convenções sociais e também o contexto sócio-histórico.

## 2 – ARGUMENTAÇÃO E ATO DISCURSIVO

Aceitando-se o princípio de que, no discurso, todos estão envolvidos num processo de persuasão, ou de convencimento, deduz-se que cada emissor, para ser aceito, precisa reforçar a verdade/validade daquilo que transmite pela linguagem, já que não

se traduz o real, em si mesmo, mas uma configuração lingüística da realidade. Nesse sentido, o uso obrigatório de estratégias ou operações discursivas destina-se a garantir a credibilidade do que é transmitido. Aceita-se que a linguagem não é a representação da realidade, mas um meio de recriá-la discursivamente.

Sob esse aspecto, mesmo num texto informativo referencial, em que não se tem dificuldade de compreender o que está sendo transmitido, é necessário que se aceite a seleção ou a relevância da apresentação dos fatos, que se acredite nas informações dadas e que se realizem as ações decorrentes, sugeridas; em suma, que se obedeça aos comandos implícitos presentes em qualquer texto. Sob uma óptica argumentativa ou retórica, além de informar, a linguagem presta-se a modificar crenças e comportamentos. Se isto já é aceito e válido para textos argumentativos, estende-se essa concepção também para os textos que são tidos como *inocentes*, pois objetivos e informativos como noticiários, textos didáticos ou científicos, etc.

Ressalte-se daí que o significado ou o sentido de um texto deriva, sobretudo, do reconhecimento dos processos de construção textual, ou da interpretação de recursos estratégicos, que se realizam lingüisticamente, ou por meio de implícitos textuais, ou ainda por uma série de convenções sociais entre os parceiros envolvidos no ato de comunicação. Dessa forma, torna-se fundamental a concepção do texto, na modalidade escrita ou oral, como o resultado de um conjunto de estratégias discursivas, que devem ser decodificadas pelo leitor.

O significado ou o sentido final de um texto constrói-se, portanto, na integração de dois processos, que podem ser simultâneos:

a) no âmbito da compreensão, dá-se o reconhecimento das categorias da linguagem e da organização sintática e semântica, propriamente dita;

b) no âmbito da interpretação, processa-se o reconhecimento das estratégias textuais utilizadas. Neste caso, não se busca

captar apenas o que o texto *diz* ou *representa* em termos de referência ao exterior, mas o que ele *faz* e *como faz*, já que sua forma de apresentação contribui para a construção do sentido final. Por isso não basta ao leitor ou ouvinte decodificar os elementos lingüísticos e as regras gramaticais, é preciso captar todo o universo textual, e isso abrange também reconhecer as estratégias discursivas empregadas, as quais se aplicam ao conjunto de textos em geral.

### 3 – TEXTO COMO PROCESSO DE APREENSÃO DA REALIDADE

O mundo a significar, realidade extralingüística ou o “real”, é apresentado a nós, através de textos ou de fragmentos textuais, oferecidos e selecionados segundo uma ideologia ou uma intenção comunicativa, a qual precisa ser reconhecida pelo receptor, para ser compreendida. Para que a intenção do emissor se concretize, por meio de um texto, é preciso que se leve em conta a situação dos parceiros, em dado espaço comunicativo.

As condições sociais são estruturadas em *contrato de comunicação*, que preside a toda produção *linguagística*, que para ser descrita deve levá-lo em consideração.

Assim a construção de um texto realiza-se por meio de dois processos: uma seleção de elementos lingüísticos que vão categorizar os referentes sociais e uma operação de organização textual, segundo regras predeterminadas; esses dois processos englobam as estratégias comunicativas, apreendidas pelo leitor ou ouvinte interpretante, sob pena de não se realizar a interação.

Imaginemos a situação em que uma empregada, ao despedir-se da patroa, recebe a informação: “– A geladeira necessita ser descongelada”. Se ela apenas concorda, acrescentando “– É mesmo, sim senhora. Bem, até amanhã”, e vai embora, pode-se dizer que ela ignorou que a estrutura assertiva da frase dita pela patroa converte-se, neste caso, em uma injunção, ou um pedido

para que o serviço seja feito, inferência que deriva de uma lógica de ações refletida no texto. Tal interpretação é decorrência da situação em que se processa o ato comunicativo, a qual a empregada “fingiu” não perceber.

Dessa forma, pode-se acrescentar que a todo sentido de Língua corresponde um sentido de discurso, mas que somente através do desvendamento das operações realizadas em determinadas situações, pode-se chegar ao significado contextualizado, ou aos efeitos de sentido no texto. Acrescente-se ainda que o texto constrói significados por eliminação de possibilidades, que só a situação (contexto) pode instruir. É bem ilustrativa a constatação de que interpretar é reconhecer que o significado poderia ser um, mas também poderia ser outro. Ou seja, o texto produz um ou mais significados recorrentes a uma dada situação e ao processo intersubjetivo que se realiza na intersubjetividade. Se, por exemplo, um pai diz a um filho, que está brincando na sala: “– São dez horas!” E o filho apressa-se em guardar tudo e vai dormir, pode-se concluir que foi a situação – filho perante o pai, num local e hora X – a responsável pelo entendimento da ordem ou do pedido feito para que ele fosse para a cama às dez da noite, já que é hora de se recolher. Ele poderia ter refutado simplesmente: “– Amanhã é feriado, pai, não tenho aula...”

Após essas considerações, poder-se-ia questionar se há de fato a possibilidade de se estabelecerem *critérios objetivos* para a análise da apreensão das *intenções* dos sujeitos envolvidos em uma interação discursiva. Para tal, pode-se definir o que se está entendendo por intenção: é tudo o que se deduz pelo que o texto mostra e não o que se pressupõe que esteja na cabeça do Autor; o caráter intencional deriva do modo como o texto se apresenta, através das operações discursivas realizadas nele. Para tal resultado, contribuem alguns princípios interacionais generalizantes, que estão presentes em qualquer contexto; são eles que se manifestam, clara ou implicitamente, no discurso e que dão a garantia do reconhecimento de uma intenção comunicativa. São quatro esses

princípios: os da interação, da influência, da regulação e da pertinência, como preconiza Charaudeau (1995):

– segundo o princípio da interação, os parceiros estão ligados por um contrato que os intima ao reconhecimento e à aceitação recíproca de seus papéis comunicativos; logo, tanto o emissor quanto o receptor devem estar conscientes de sua função na *mis-en-scène* comunicativa, de acordo com a qual devem agir;

– o *princípio da influência* predica que cada um dos parceiros envolvidos procura sempre influenciar e modificar o comportamento do Outro, buscando formas de se conseguir sua adesão às teses apresentadas, segundo as leis gerais, argumentativas e persuasivas do discurso;

– o *princípio da regulação* exige a obediência às regras gerais do funcionamento da linguagem; tal princípio coloca os parceiros em uma “luta” pela construção de seus papéis sociais e pelo reconhecimento e aceitação das condições lingüísticas e sociais em que se processa a comunicação. Como conseqüência desse embate, pode haver, por um lado, recusa ou desvalorização de um dos parceiros, ou um desrespeito ao direito de fala do outro, mas por outro lado, o pleno reconhecimento e aceitação da dinâmica do diálogo, que exige a obediência às normas lingüísticas e sociais, às trocas de turno, entre emissor e receptor, à aceitação *das imagens* propostas pelos interlocutores na enunciação, etc., enfim, às condições necessárias para que se processe a interação;

– finalmente, o *princípio da pertinência* fundamenta as inferências feitas, resultantes de recorrência a um saber comum partilhado, a obediência ao *contrato* e o reconhecimento pelo interlocutor de um *projeto de fala* do emissor e de uma intenção comunicativa que devem estar concretizado nas operações discursivas utilizadas.

#### 4 – FUNDAMENTOS DO ATO DE LINGUAGEM

Focalizando-se o texto como discurso ou como uma interação de estratégias, em que cada um deve reconhecer o papel

do outro – não há EU sem TU e vice-versa – podemos concluir que o *contrato de comunicação* textual exige negociação, cumplicidade, por isso produzem-se sempre diversos sinais de intercâmbio, como perguntas, respostas e reiteraões, cuja finalidade é a captação/explicitação das intenções do emissor pelo interlocutor.

Em toda interação, no entanto, é preciso que se diga, não há transparência total entre a linguagem utilizada e a realidade, pois em qualquer interação discursiva, tudo tem que ser reconstruído pelos recursos lingüísticos para haver a comunicação. Por sua vez, diz-se muito mais do que se pretende quando se enuncia, não se pode ignorar que há os implícitos, os subentendidos, os sentidos derivados que escapam ao emissor o qual, por sua vez, não é o dono absoluto dos efeitos de sentido que vai produzir no Outro com seu discurso, enfim, nem pode dominá-los integralmente, uma vez que a linguagem é opaca.

Há uma idéia generalizada de que o Tu representa uma ameaça para o Eu; na verdade, não se pode esquecer que é o próprio ato de comunicação como um ritual, que se impõe, talvez até como uma ameaça aos dois interlocutores, a ponto de se poder afirmar que comunicar é sempre lançar-se em uma aventura. Daí ser comum em uma interação, quer escrita, quer oral, o uso contínuo do recurso das repetições, das explicações, das retomadas, do uso de ênfase, ou do recurso de hesitações e auto-correções, operações realizadas tanto pelo emissor quanto pelo interlocutor, que estão dando prova de respeito às regras da interação por meio textual.

O reconhecimento recíproco dos papéis discursivos e do direito à palavra de cada um é também um fator importante a ser considerado, uma vez que também os papéis sociais são reconstruídos no momento da interação, e prova disso é o recurso às formas de tratamento, aos códigos de polidez, aos rituais de abordagem inerentes ao comportamento social, que devem ser respeitados por ambos. Uma pessoa mais velha deve ser tratado

com deferência pela mais jovem, assim como há formas de tratamentos especiais para pessoas hierarquicamente superiores, por exemplo.

Um dos principais fatores responsáveis pela realização do *ato comunicativo* através de textos é a aceitação do *Projeto de fala* do Eu, ou seja, o interpretante precisa reconhecer que seu interlocutor tem um propósito que o torna digno de ser escutado. O direito à palavra, portanto, é o próprio fundamento da relação interativa que se apóia em três condições: o reconhecimento do *Saber* do falante (baseado nas verdades e crenças), do *Poder comunicar* (legitimidade da palavra) e do *Saber Fazer* (credibilidade) do sujeito. (Charaudeau, 1992).

A atenção à intertextualidade e a um conjunto de crenças partilhadas também é um fator preponderante para que se processe a interpretação de um ato de linguagem. Ninguém pode referir-se a um universo totalmente novo e desconhecido para seu interlocutor, pois há um saber pré-existente, que deve ser comum aos interlocutores para poder aflorar na interação, sob pena de se ficar falando sozinho e ser desqualificado como interlocutor. Todo falar processado pelos textos deve assim estar ligado a um domínio do saber partilhado, a cujos limites o sujeito emissor deve se restringir, sob pena de não ser entendido pelo receptor.

Dessa forma, pode-se concluir que todo texto permite promover uma “encenação” em que um “sujeito emissor”, perseguindo uma “intencionalidade”, consciente ou não, busca transmitir a representação de uma experiência de mundo a “alguém”, marcado como “interlocutor”, e o faz servindo-se de elementos lingüísticos e extralingüísticos, ou situacionais, apresentados de um “modo” determinado.

## 5 – OPERAÇÕES LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS

A realidade, ou o mundo a significar lingüísticamente, é apresentado sempre por meio de construções textuais. Esses textos – resultado de uma série de operações, feitas a partir de um mundo extralingüístico ou pré-textual –, pressupõem vários processos, realizados em duas instâncias: primeiramente por meio da seleção do material lingüístico e depois pela arrumação desse material, nos modos específicos de organização discursiva.

5.1. O primeiro processo (*seleção lingüística*) abrange as operações que serão destacadas, a seguir:

a) uma *operação de identificação* que designa o mundo extra-lingüístico, trata-se da nomeação e classificação dos seres discursivos, chamados entidades; constitui o processo de substantivização, como ocorre nas denominações: sapato, fúria, cafezal, escola, exército, igreja, governo, sociedade, etc.

b) uma *operação de qualificação (atribuição)*, que consiste em atribuir propriedades aos seres ou informações a seu respeito; é o processo de adjetivação em sentido amplo: *sábias palavras, prédio antigo, homem que ri, anel de ouro, etc.* A discursivização das caracterizações dos seres permite três categorias básicas: as identificações (*bolsa marrom*); as qualificações: atributos subjetivos (*filme interessante*) – e as informações (*quadro que recebeu de herança, filme de Cacá Diegues*).

É bom ressaltar a operacionalização funcional desses processos na produção de textos, já que cada tipo de operação obedece a um desempenho textual diferente: assim as identificações distinguem entidades, por meio de seus traços específicos: *mesa de fórmica branca*; as qualificações são comuns nas descrições subjetivas, em que se pode notar o engajamento do sujeito enunciador: *o filme é ótimo, porque...* Neste caso, como se trata do uso de adjetivos avaliativos, o processo de progressão textual

é direcionado pela qualificação subjetiva que exige novos dados par ao texto. Por sua vez as informações são necessárias ao enredo, pois se trata de uma operação fundamental para a progressão do texto.

c) uma *operação de processualização* ou representação de fatos e ações, que permite identificar as mudanças na relação entre os seres (processo de verbalização); *ele saiu, voltou, dançou, roubou, etc;*

d) uma *de explicação* que revela as razões de ser e fazer do emissor (noções de modalização). É de fundamental importância a atenção ao processo de modalização em textos, pois ele marca o ponto de vista do enunciador sobre os elementos discursivos, como se pode ver nos exemplos seguintes: (...) *tenho certeza* sim, ele *deve* sair pois..., ou: Não há empecilhos, portanto *ele pode* casar-se com ela; Isto *não vai* acontecer, *com certeza*, etc.

e) por último, um *processo de relação* que especifica as regras de combinação e hierarquização nos níveis sintático e semântico (por meio da conectividade), como ocorre em: Ele saiu *mas* ainda não voltou; *se* eu puder, irei à sua festa, *porque* ele é meu amigo...

Dessa forma, entidades, atributos e determinantes, processos, conectores e modalizações são os principais elementos discursivos, encarregados do processo de semiotização do mundo, que é realizado sempre textualmente, por meio de uma gama variada de elementos lingüísticos.

5.2. O segundo processo corresponde à organização dos elementos discursivos segundo os modos ou formas de organização discursiva dos textos, a saber: *modo descritivo, modo narrativo, modo argumentativo e modo enunciativo*.

A uma visão dinâmica, de seqüenciação cronológica de fatos e ações envolvendo seres protagonistas, numa lógica coerente, marcada por uma finalidade – definir uma mensagem ou moral

da história – corresponde o ponto de vista do *modo narrativo*. A uma visão estática, em que se propõe reconstruir o mundo de forma descontínua, atendo-se a enumeração de detalhes e de certas aspectualizações do objeto, corresponde o ponto de vista *descritivo* – e a uma visão dialética em que, a partir de um tema, o sujeito argumentador organiza uma tese – constituída de uma ou um conjunto de asserções que dizem algo sobre o mundo – em função da qual ele deve assumir uma posição contra ou a favor, ancorada em justificativas, ou argumentos, corresponde o ponto de vista *argumentativo*. Pairando sobres esses três modos, temos o *enunciativo*, ou o que organiza a matéria lingüística elaborada, segundo um ponto de vista do enunciador. Tais modos de organização da matéria lingüística podem ser realizados em sua modalidade escrita ou oral, em situação monolocutiva ou dialógica.

É relevante acrescentar que os textos apresentam diversas formas ou tipos, o que decorre ser difícil estabelecer um critério único para a descrição de uma tipologia de textos, tal a variedade de tipos: humorísticos, propagandísticos, didáticos, científicos, literários – e suas subdivisões em gênero (contos, novelas, romances, crônicas, etc.), – textos didáticos e técnico-científicos em diversas formas, textos orais apresentados de formas variadas nos veículos de comunicação, etc. O importante para a decodificação de um texto é colocar em evidência as estratégias específicas e os procedimentos peculiares do modo como eles se organizam no discurso, ou seja, pelos *modos narrativo, descritivo e argumentativo e enunciativo*.

O reconhecimento dessas generalizações permite compreender melhor as significações de cada texto particular, que se assentam, muitas vezes, na forma como se organizam, no processo de sua produção, o que deve ser captado pelo receptor. Para exemplificar melhor, citem-se exemplos: nos textos literários do gênero romance ou conto, os modos de organização do discurso descritivo e narrativo predominam; no texto jornalístico, no gênero notícia ou reportagem, o modo narrativo, enquanto que nos editoriais tem-se o modo argumentativo, etc.

## 6 – CONCLUSÃO

O ponto de vista adotado aqui procurou abranger o que a análise discursiva do texto denomina de – problematização do sentido de um texto – que consiste em compreender e analisar o “significado textual” em função de um *referente e da identidade* dos contratantes do ato comunicativo, isto é, a partir da influência e da ação do sujeito emissor sobre o sujeito receptor. O significado, por sua vez, também deriva de um *contrato de comunicação* que existe entre o emissor e receptor e de um *projeto de fala* do emissor, que é aceito e reconhecido pelo receptor.

Procurou-se levar em consideração não somente as operações fundamentais que constituem os sentidos advindos da Língua, cujo reconhecimento serve de base para a compreensão, mas também os processos que permitem reconstruir os subentendidos ou implícitos de qualquer texto, que permitem a interpretação. Ainda é possível identificar o quadro contratual e a situação que vão determinar a identidade dos participantes e a finalidade do ato discursivo. Essas operações constituem a base necessária a um processo mais consciente e produtivo de interpretação e de produção de textos, orais ou escritos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDO, Gustavo. *Redação inquieta*. Rio de Janeiro: Globo, 1985, p. 291.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l' expression*. Paris: Hachette, 1992.
- . *O que quer dizer comunicar?* In: *Anais do I Encontro Franco-brasileiro de Análise do Discurso*. Rio de Janeiro: Fac. Letras-UFRJ, Grupo CIAD, 1995.